

CODASP
CONSTRUINDO DESENVOLVIMENTO
 Com pouco mais de 88 anos, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP, somos a empresa oficial de serviços de motomecanização do Governo do Estado.
 Detentores de **Tecnologia Própria**, somos o executor do Programa Melhor Caminho, "carro-chefe" de nossos serviços, programa responsável pela readequação do solo das áreas adjacentes à Estrada Rural e recuperação desta, disciplinando a água da chuva para terraços e bacias de captação, favorecendo a infiltração e recarga do lençol freático.
 Junto à importância na agricultura, este programa é, além de tudo, social e ambiental, permitindo que a população rural tenha convívio em sociedade, acesso à saúde, educação e o que a ela for significativo e indispensável. No exercício de 2016, a CODASP teve sua maior Receita de Prestação de Serviço no Programa Melhor Caminho, não exsuperando, é o "carro-chefe" desta companhia.

	2016	%
Melhor Caminho	37.386.276	83,76%
Terraplanagem	2.114.864	4,74%
APTA	1.954.580	4,38%
Plantio - Reflorestamento	1.548.869	3,47%
SAP	1.147.554	2,57%
ITESP	251.883	0,56%
Projetos Técnicos	175.664	0,39%
Outros Clientes	53.567	0,12%
TOTAL	44.633.257	100%

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		11.119.261	14.719.357	Passivo Circulante		11.321.803	27.798.952
Caixa e equivalente de caixa	4	6.195.973	6.984.473	Fornecedores	11	1.633.434	18.957.887
Aplicações financeiras	4	62	89.439	Obrigações Trabalhistas	12	4.379.527	4.928.590
Clientes	5	3.223.047	6.077.195	Impostos e Contribuições a Recolher	13	4.039.773	2.983.786
Impostos a recuperar	6	283.885	182.930	Outras contas a pagar	14	1.269.069	928.689
Estoques	7	522.694	573.765	Passivo Não Circulante		37.325.097	37.088.150
Créditos de funcionários		881.573	282.907	Parcelamento Impostos Longo Prazo		1.505.881	-
Outras contas a receber		12.027	528.648	Provisão para contingências	15	35.819.216	37.088.150
Ativo Não Circulante		45.564.874	52.590.577	Total do Passivo		48.646.900	64.887.102
Realizável a Longo Prazo		8.459.328	16.327.945	Patrimônio Líquido	16	8.037.235	2.422.832
Clientes	5	8.295.573	16.106.852	Capital social		107.183.520	100.588.320
Depósitos judiciais	8	163.755	221.093	Recursos para aumento de capital		22.295	6.617.495
Investimentos	9	58.353	58.353	Reserva especial - Decreto 332/91		786.721	786.721
Propriedade para Investimentos	9	26.549.221	26.549.221	Ajustes de Avaliação Patrimonial		26.396.717	26.396.717
Imobilizado	10	10.478.731	9.508.862	Prejuízos acumulados		(126.352.018)	(131.966.421)
Intangível	10	19.241	146.196	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		56.684.135	67.309.934
Total do Ativo		56.684.135	67.309.934				

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida	17	39.391.402	56.618.948
Custos dos serviços prestados	18	(45.151.978)	(52.083.559)
Lucro (prejuízo) Operacional Bruto		(5.760.576)	4.535.389
Despesas administrativas	19	(33.316.152)	(22.988.289)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	30.022.542	1.157.732
Prejuízo Operacionais antes do Resultado Financeiro		(9.054.186)	(17.295.168)
Receitas (despesas) financeiras	21	(123.527)	(195.651)
Prejuízo Líquido do Exercício		(9.177.712)	(17.490.819)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do Exercício	(9.177.712)	(17.490.819)
Depreciações e Amortizações	3.821.671	2.231.000
Provisão para perdas de créditos	7.107.224	254.377
Provisão para férias e Encargos Sociais	302.663	631.715
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	(507.105)
Provisão para contingências trabalhistas e cívicas	(1.268.934)	1.912.883
Outros ajustes no resultado	-	(95.700)
Total	784.912	(13.063.649)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em reais)

	Capital Social	Recursos para aumento de Capital	Recursos especial decreto nº 332/91	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	100.588.320	2.825.295	786.721	26.396.717	(114.475.602)	16.121.451
Recursos para aumento de Capital	-	3.792.200	-	-	-	3.792.200
Ajustes Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(17.490.819)	(17.490.819)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	100.588.320	6.617.495	786.721	26.396.717	(131.966.421)	2.422.832
Aumento de Capital Social	6.595.200	-	-	-	-	6.595.200
Recursos para aumento de Capital	-	(6.595.200)	-	-	-	(6.595.200)
Ajustes Exercício Anterior	-	-	-	-	14.792.116	14.792.116
Prejuízos Acumulados Exercício	-	-	-	-	(9.177.712)	(9.177.712)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	107.183.520	22.295	786.721	26.396.717	(126.352.018)	8.037.235

NOTAS EXPLICATIVAS (Valores expressos em reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Constitui objeto da companhia: operar em consignação, por conta própria ou por intermédio de terceiros, em atividades de moto mecanização, obras, edificações, serviços de engenharia e infraestrutura, voltadas à conservação do solo e da água; à irrigação; à agricultura; à silvicultura; à agropecuária; ao agronegócio e ao desenvolvimento sustentado e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, como também em atividades que implementem a política do Governo do Estado de São Paulo e, ainda, celebrar convênios para atingir as metas dos programas instituídos pelo Chefe do Poder Executivo, relacionados com as atividades da Empresa.

2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com o CPC 026, bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência das despesas. O reconhecimento de receitas se dá de acordo com a medição parcial de execução da obra com emissão da nota fiscal para as obras do Programa Melhor Caminho; para obras com medição parcial sem emissão de notas fiscais, o reconhecimento se dá contra a conta contábil "Serviços executados a faturar". No momento da entrega final da obra, o serviço é faturado e baixado de desta rubrica, concretizando assim o faturamento e o fato gerador da receita.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES: Houve transações significativas nas contas de Clientes sendo constatado o não lançamento das parcelas referentes aos Contratos do Programa Pró-Estrada nos anos anteriores, no valor total de R\$6.268.562,20, destarte, fora lançado na Conta Clientes no Ativo Realizável a Longo Prazo. O programa foi encerrado em 20 de dezembro de 2016, sendo assim, os clientes devedores tornaram-se duvidosos, sendo lançamento feito na conta Provisão de Devedores Duvidosos. Além disso, foram baixados débitos e créditos prescritos das contas Clientes a Receber e Fornecedores, respectivamente, no valor de R\$1.440.632,86 e R\$103.692,53, tendo como contrapartida as contas Perdas e Ganhos.

3.3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS: As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeassem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.5. ESTOQUES: Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, não excedendo o valor de mercado. Os estoques são compostos por materiais de consumo, representados por peças para manutenção de veículos, máquinas e implementos, combustíveis, lubrificantes e, material de limpeza e escritório.

3.6. INVESTIMENTOS: Conforme comentado na nota explicativa nº 9, a Companhia possui participações não relevantes no capital de outras empresas públicas, dispensando da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com esse pronunciamento, os imóveis que não estão em uso operacional, devem ser pronunciados como investimentos, devendo ser registrados a valor justo.

3.7. IMOBILIZADO LÍQUIDO: O imobilizado foi revisado e inventariado, constatando-se que não houve indícios de perda para formação do teste de recuperabilidade. As depreciações são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo e as taxas levam em consideração a vida útil econômica dos bens, acompanhando as taxas normais classificadas por lei fiscal.

3.8. INTANGÍVEL: Os ativos intangíveis são classificados como ativos de imobilizado e de imprecisão, tanto contábil como fisicamente. Até 31 de dezembro de 2015 não era passível de controle por meio de sistema informatizado. Durante o exercício de 2016 foi feito um levantamento físico em toda a companhia e enviado ao Departamento de Contabilidade.

3.9. AJUSTE

A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Não foram identificados ativos e passivos monetários relevantes que evidenciassem a necessidade de ajustes a valor presente, como determina o CPC nº 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados.

3.11. CONTINGÊNCIAS: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R1), que apresenta os seguintes conceitos: Ativos contingentes: Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Companhia possui total controle da situação ou quando existam garantias reais ou decisões judiciais definitivas e favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Passivos contingentes: São contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, levando em consideração a natureza das ações, existência de processos anteriores, posicionamento dos tribunais e complexidade da causa, sempre que a perda for avaliada como provável, e os valores possam ser mensurados com suficiente segurança (quando houver a perspectiva de uma provável saída de recursos da Companhia). Para as perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados.

3.12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

3.13. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método direto, evidenciando todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2016	2015
Caixa	86.376	37.596
Bancos	6.109.597	6.946.877
	6.195.973	6.984.473
Aplicações Financeiras	62	89.439

5) CLIENTES

	2016	2015
Circulante		
Clientes	3.139.049	4.524.795
(-) PCLD	(123.707)	(1.305.858)
Consórcio Pró-Estrada (b)	-	7.042.198
Provisão para perdas de consórcios (b)	-	(5.457.628)
Serviços Executados a Faturar	138.502	1.002.325
Clientes Locação	69.203	271.363
	3.223.047	6.077.195

	2016	2015
Não Circulante		
Clientes (a)	2.296.074	7.606.884
Consórcios (b)	14.557.937	5.459.557
Precatórios a Receber (c)	5.999.499	7.950.411
Provisão para perdas de consórcios (b)	(14.557.937)	-
	8.295.573	16.106.852

(a) A rubrica "Clientes", registrada no valor de R\$ 2.296.074 refere-se em sua grande parte às faturas em aberto do INCRA (aproximadamente R\$ 2.169.071). Em 31 de dezembro o saldo em aberto para este cliente não estava em aberto acima de 03 anos, política pela qual a companhia provisiona suas faturas para Créditos de Liquidação Duvidosa. (b) Em 2016, foi feito ajuste na conta de Consórcios de R\$ 6.268.562 referentes a exercícios anteriores. No exercício de 2016, houve aumento de 1.556.320. Foi reclassificado de Circulante para Realizável a Longo Prazo o valor de R\$ 6.733.055, totalizando R\$ 14.557.937. Para a mesma Conta, foi ajustada a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) que totaliza 100% deste montante. O saldo em 31 de dezembro de 2016 de cada contrato está demonstrado no quadro a seguir:

Condensul	2.532.370
Vizinhos da Castelo	2.134.014
Cimpag	1.959.990
Terra Nova	1.764.821
Rondon	1.211.008
Central	965.512
Comuni	544.506
Serras e Águas	477.846
Renovando Estradas	331.666
Comparado	287.774
Grupo Superação	270.901
Turvo Tietê	221.400

(Aumento) Redução dos Ativos Circulante e Não circulante

Clientes	9.985.660	9.303.000
Impostos a Recuperar	(150.882)	3.613.029
Estoques	51.071	118.634
Créditos de Funcionários	(598.666)	126.320
Outras contas a receber	516.621	(243.578)
Depósitos Judiciais	161.306	60.352
(Aumento) Redução dos Passivos Circulante e não circulante		
Fornecedores	(13.661.255)	(262.963)
Obrigações Trabalhistas	(851.726)	(698.612)
Obrigações Tributárias	2.561.868	1.713.253
Outras Contas a Pagar	340.380	524.381

Caixa Líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais

Caixa Líquido gerado nas atividades de Investimento	(17.166)	(1.911.773)
Recebimentos para aumento de capital	-	3.792.200
Aumento (redução) do capital circulante líquido	(877.877)	3.070.594
Saldo Inicial caixa	7.073.912	4.003.317
Saldo Final caixa	6.195.973	7.073.911
	(877.877)	3.070.594

Planejado

Planejado	181.853
Noroeste	145.537
Araçari-guama	97.556
Rumo Certo	95.054
Pirapora do Bom Jesus	86.042
Três Rios	81.422
Botucatu	72.521
Juquitiba	68.674
Circuito das Águas - Socorro	65.380
Bento de Abreu	54.664
Fartura	50.861
Conisud - Juquitiba	48.559
Neves Paulista	47.648
Acordo-Cidades Amigas - Cunha	47.262
Solidariedade	46.615
Cima Umedes	38.186
Consoleste - Americana	38.135
Avaré	37.353
Itaporanga	37.029
Cunha	36.557
Porto Ferreira	35.716
Mantiqueira	27.304
Álvares Machado	26.629
Pontal	26.233
Acordo-Vale do Rio Grande	24.872
Rancharia	23.428
Oswaldo Cruz	22.970
Avanhandava	22.938
Anhumas	22.218
Vale do Mogi	20.376
Queiroz	18.916
Presidente Bernardes	18.410
Lavinia	16.561
Três Rios (2)	15.450
Conisud - Embu Guaçu	14.678
Conisud	13.541
Martinópolis (2)	12.712
Conisud - Itapeverica da Serra	11.176
Araçatuba/Barbosa	10.725
Cervo Barra Mansa Novo	10.725
Sete Barras	7.960
Jacupiranga	7.564
Convip	6.933
ABSP - Botucatu	6.787
ABSP - São Manuel	6.787
Taquarituba	6.512
Cajobi	5.405
Ipê	5.266
Casa	

6) IMPOSTOS A RECUPERAR

	2016	2015
IRRF a Compensar	40.548	37.801
CSLL a Compensar	87.447	31.208
PIS/PASEP a Recuperar	27.694	20.285
COFINS a Recuperar	127.818	93.625
INSS a Compensar	378	11
283.885	182.930	

7) ESTOQUES

	2016	2015
Estoque - Bauru	163.749	152.660
Estoque - Campinas	183.090	199.212
Estoque - Presidente Prudente	34.412	31.940
Estoque - Rodados	13.035	12.054
Estoque - São José do Rio Preto	103.666	141.364
Estoque - SP	24.742	36.535
522.694	573.765	

8) DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a recursos depositados em juízo para interposição de recursos contra reclamatórias trabalhistas, empréstimos compulsórios sobre combustíveis e demais atualizações monetárias dos valores em discussão.

9) INVESTIMENTOS

	2016	2015
Propriedades para Investimentos	26.549.221	26.549.221
Outros investimentos	58.353	58.353
26.607.574	26.607.574	

11) FORNECEDORES

O saldo de fornecedores no valor de R\$ 1.633.434 em 2016 (R\$ 18.957.887 em 2015) é composto pelas movimentações anuais de inclusão das notas fiscais de compra de mercadorias e baixas pelos pagamentos ao longo do exercício. A movimentação sintética desta rubrica durante o exercício corrente está demonstrada a seguir:

Descrição 2016	2016
(=) Saldo Inicial do Exercício de 2016	18.957.887
(+) Entradas por Compras de Mercadorias	36.722.175
(-) Saídas pelas baixas por pagamentos	(49.987.973)
(-) Saídas por conciliação	(3.954.962)
(-) Saídas por prescrição	(103.693)
(=) Saldo Final do Exercício de 2016	1.633.434

12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2016	2015
Provisão para Férias e Encargos	3.447.317	3.749.980
INSS a Recolher sobre Folha de Pagamento	248.956	261.156
IRRF a Recolher sobre Folha	254.355	67.791
FGTS a Recolher	197.541	211.365
Contribuição Sind/ Receita	3.469	15.162
INSS a Recolher s/ Caixa Bruta	219.495	-
Pensão Alimentícia e Antecipações e Pagar	8.394	33.136
4.379.527	4.928.590	

O critério para pagamento da folha é o último dia útil do mês. A provisão para encargos de férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data de encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais.

13) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2016	2015
ISS a Recolher - Clientes	3.505.271	2.209.492
COFINS a Recolher	146.329	559.906
Pis/Pasep a recolher	41.331	121.313
ISS a Recolher de Terceiros	47.331	37.930
CSRF a Recolher	156.860	23.661
INSS a Recolher de Terceiros	48.365	21.734
IRRF a Recolher de Terceiros	3.401	9.750
IPPU a recolher	100.512	-
4.039.773	2.983.786	

14) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2016	2015
Acordos Trabalhistas e Cíveis a Pagar	2.000	459.699
Cauções e Valores em Garantia	174.313	358.055
Cooperceiros	96.083	55.243
Adiantamentos de Clientes	840.580	26.786
Outras contas a pagar (a)	156.093	28.906
1.269.069	928.689	

A rubrica "Cauções e Valores em Garantia" está assim constituída em 31 de dezembro de 2016:

Data	Fornecedor	2016
28/01/2014	Scamatti Seller Infra-Estrutura Ltda	30.144
15/12/2014	Agrisi Construtora Ltda	19.070
31/12/2015	Nilton Laerte Defensor - Me	18.960
14/05/2010	Terraplana Orlândia Ltda	14.930
25/10/2012	Lotran Locação E Transporte Ltda	11.970
30/09/2011	Open Plus Serviços Ltda	10.860
25/06/2013	Sangex Construções Ltda	9.135
06/05/2010	Transcat Terraplanagem, Construção e Incorporação Ltda	8.243
15/12/2015	Mac Tratores Comércio E Serviços Ltda	7.740
12/11/2013	Gomaq Locação De Máquinas E Equipamentos Ltda	6.830
12/11/2013	Município Itapeva	6.416
04/02/2013	Lotran Locação E Transporte Ltda	6.351
	Outros	23.664
		174.313

Senhores Acionistas

O Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, à vista do relatório da empresa Verdus Auditores Independentes, de 13 de março de 2017, apontando as ressalvas nele constantes, que são transcritas em sua ata de reunião de 13 de março de 2017, e que resumidamente são (1) "propriedade para investimento" devido a ausência de atualização da avaliação dos bens imóveis não efetivamente em 2016 e (2) em razão das novas procedimentos contábeis efetivamente

10) IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O grupo de imobilizado e intangível é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação e/ou amortização linear e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas:

	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2016			Saldo 31/12/2015		
		Depreciação Custo	Acumulada	Valor	Custo	Depreciação Acumulada	Valor
TERRENOS	-	1.428.479	-	1.428.479	176.848	-	176.848
EDIFÍCIOS	20	1.909.697	(1.882.333)	27.363	2.055.907	(1.860.928)	194.979
TRATORES E IMPLEMENTOS	10	37.165.787	(31.041.350)	6.124.637	26.394.867	(23.511.781)	2.883.086
MOVEIS E UTENSÍLIOS	10	933.117	(695.266)	237.851	1.222.290	(1.003.464)	218.826
VEÍCULOS	5	13.969.689	(12.218.264)	1.751.426	15.255.287	(11.546.188)	3.709.099
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	613.834	(462.138)	151.696	1.277.408	(966.620)	310.789
INSTALACOES	10	172.967	(110.663)	62.304	749.151	(584.080)	165.071
BENFEITÓRIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	5	841.642	(776.626)	65.016	841.462	(743.179)	98.463
COMPUTADORES E PERIFERIOS	10	970.680	(878.169)	92.511	1.288.242	(1.113.372)	174.871
TRATORES - PROESTRADA	10	17.489.743	(17.489.743)	-	37.898.873	(37.898.873)	-
BENFEITÓRIAS EM IMOVEIS PROPRIOS	10	1.576.829	(1.037.416)	539.414	1.576.829	-	1.576.829
SOFTWARE	5	395.553	(376.012)	19.541	319.949	(283.134)	36.819
MARCAS E PATENTES	5	130.762	(130.762)	-	135.931	(26.550)	109.381
TOTAL GERAL		77.598.780	(67.098.542)	10.500.238	89.193.226	(79.538.168)	9.655.058

15) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais em processos administrativos, fiscais e trabalhistas em trâmite perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores referentes a jurisprudências nos respectivos tribunais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Em 31 de dezembro de 2016 a provisão está assim constituída:

	2016	2015
Ações Cíveis	31.979.744	31.090.404
Ações Trabalhistas em Fase de Execução	3.839.472	5.997.746
35.819.216	37.088.150	

Ações Cíveis: O valor da dívida com a Atrium, atualizado até o final de 2016 é de R\$ 31.943.764. O restante corresponde a outras duas ações no valor total de R\$ 35.980. **Ações Trabalhistas:** Constam inúmeros processos trabalhistas em andamento, cujos temas versam sobre adicionais de periculosidade, insalubridade, horas extras, vínculo empregatício e verbas rescisórias. São salubridades a ações prováveis e em execução.

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O Capital Social registrado no valor de R\$ 107.183.520 em 31 de dezembro de 2016 é composto por 18.780.945.481.834 ações ordinárias, sem valor nominal. No exercício de 2016, foi inscrita o Capital Social no valor de R\$ 6.595.200. **b) Recursos para aumento de capital:** R\$ 22.295. **c) Reserva de Capital:** R\$ 786.721. **d) Ajuste de Avaliação Patrimonial:** R\$ 26.396.717.

17) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receita Bruta		
Melhor Caminho	37.386.276	52.267.531
Terraplanagem	2.114.864	-
APTA	1.954.580	2.076.529
Reflorestamento	1.548.889	-
SAP	1.147.554	3.943.308
ITESP	251.883	2.749.669
Projetos Técnicos	175.664	-
INCRÁ	-	658.247
Outros Clientes	53.567	786.171
44.633.257	62.481.455	

	2016	2015
Descontos		
COFINS	(1.360.175)	(3.865.145)
ISS	(1.531.668)	(3.012.242)
INSS s/ Faturamento	(2.047.368)	(2.422.037)
PIS/PASEP	(302.644)	(837.448)
(5.241.855)	(10.136.872)	
39.391.402	52.344.583	

18) CUSTOS

	2016	2015
Custo de Pessoal	(21.905.740)	(22.997.446)
Custo de Serviço	(20.571.908)	(26.240.276)
Custo de Depreciação	(2.674.330)	(2.845.837)
(45.151.978)	(52.083.559)	

19) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesa de pessoal administrativo	(9.090.109)	(12.459.082)
Despesas gerais e administrativas	(6.616.267)	(10.179.092)
Despesas de depreciação	(791.173)	(857.220)
Outras despesas operacionais	(16.818.603)	-
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	-	507.105
Despesas Financeiras	(33.316.152)	(22.988.289)

20) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2016	2015
Outras despesas operacionais	-	(4.670.369)
Outras receitas operacionais	30.022.542	906.267
Reversão de Provisão	-	2.441.843
Receita com Consórcio	-	2.479.991
30.022.542	1.157.732	

Em dezembro, foi recebido o valor de R\$ 21.747.323 a título de Subvenção Econômica - crédito especial, por meio do Decreto de Nº 62.344 de 22 de dezembro de 2016. Foi contabilizado no Grupo de Outras Receitas Operacionais

PARECER DO CONSELHO DE FISCAL

implantados pela Companhia, verificou-se a necessidade de atualizar contábeis nos impactos integrais em 2016, enquanto as regras do CPC 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros) estabelecem que deveriam ser demonstrados de forma retrospectiva nos saldos comparativos anuais, em relação (a) ao "consórcio pró-estrada", (b) ao "imobilizado", (c) aos "fornecedores" e (d) a "outros ativos e passivos". Por unanimidade e acionando as conclusões alcançadas pela auditoria independente, o Conselho é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da empresa, registrado em ata, e objeto de verificações durante todo o exercício de 2016.

Também por unanimidade o Conselho optou por registrar o reconhecimento e relevância das providências adotadas pela Companhia e pelo Estado, a fim de possibilitar a subvenção havida em 2016.

Adicionalmente, ainda por unanimidade, manifestou-se favorável à submissão do Referencial Balanço e seus anexos relativos ao exercício de 2016 à Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 13 de março de 2017.

ELIASS GUARNIERI - RAFAEL HAMZE ISSA
NEIVA APARECIDA DORETTO
ROBERTA MOREIRA DA COSTA BERNARDI PEREIRA
OMAR ASSIM NETO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos aspectos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Propriedades para Investimentos

Propriedade descrito nas notas explicativas 3.6 e 10, a Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2014, baseado em laudos emitidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS no exercício de 2013, à contabilização do valor justo dos seus imóveis não operacionais na rubrica "Propriedade para Investimentos", em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 - Propriedade para Investimentos, gerando uma mais valia no valor de R\$26.397 contabilizado em contrapartida na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido. Conforme determina aquele pronunciamento, uma vez que a Companhia optou pela contabilização do valor justo das suas propriedades para Investimentos, tal procedimento deve ser revisado pelo menos anualmente, por ocasião da emissão das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia optou por não realizar tal procedimento.

Em decorrência da ausência do referido procedimento de revisão, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto à razoabilidade do saldo de R\$26.549 apresentado na rubrica Propriedades para Investimentos em 31 de dezembro de 2016.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS (CONTINUAÇÃO)

Consórcio pró-estrada

A Companhia procedeu à conciliação das Contas a Receber, subconta Consórcio Pró-Estrada, e identificou que o montante de R\$6.268.562 não

estava compondo seus registros contábeis em 31 de dezembro de 2016. Em ato contínuo, registrou referido montante e constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no mesmo valor. A conciliação realizada visou garantir a integridade das informações contábeis nas demonstrações financeiras, e não deveria gerar efeitos nas demonstrações do resultado e no patrimônio líquido da Companhia. Entretanto, optou-se por lançar os valores das contas a receber a crédito no patrimônio líquido, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa dentro do resultado do exercício. Desta forma, o resultado do exercício está apresentado a menor em R\$6.268.562, e os efeitos no patrimônio líquido, que deveriam ser demonstrados de forma retrospectiva nos saldos comparativos, não estão sendo reapresentados, conforme determina o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros. Em virtude de a Companhia não ter adotado as premissas do referido normativo, a apresentação dos saldos comparativos a 31 de dezembro de 2015 encontra-se prejudicada.

Imobilizado

Conforme descritos nas notas explicativas 3.7 e 10, a Companhia procedeu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ao levantamento físico dos bens de seu ativo imobilizado, tendo realizado também a revisão dos cálculos vida útil e o chapamento dos bens físicos existentes. Decorrente deste levantamento, identificou-se uma diferença líquida entre os registros contábeis e os bens físicos no montante de R\$3.828.219, que foi reconhecida nas demonstrações financeiras da seguinte maneira: (i) R\$392.971, relativos ao ajuste dos custos de aquisição, foram reconhecidos no resultado do exercício, como despesa; (ii) R\$4.222.190, relativos aos ajustes das depreciações, foram reconhecidos a crédito no patrimônio

líquido. O saldo líquido apresentado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$10.478.731, está correto e adequados às demonstrações financeiras apresentadas. Entretanto, o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, determina que as retificações em exercícios anteriores devem ocorrer em seu correto período de competência, de forma retrospectiva, após a descoberta. Em virtude de a Companhia não ter adotado as premissas do referido normativo para o registro do montante de R\$4.222.190, a apresentação dos saldos comparativos a 31 de dezembro de 2015 encontra-se prejudicada.

Fornecedores

A Companhia procedeu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, à revisão dos processos de contabilização do ciclo de Compras, Fornecedores e Contas a Pagar, incluindo as parametrizações sistêmicas de integração dos módulos. Neste contexto e conforme descrito na nota explicativa 11, a Companhia procedeu à conciliação dos Fornecedores a Pagar e identificou que um montante de R\$3.663.198, registrados na contabilidade, não eram devidos aos respectivos fornecedores e/ou estavam prescritos. Estas inconsistências foram geradas, principalmente, por questões relacionadas à implantação de sistema em períodos anteriores, quanto pelas parametrizações das rotinas de contabilização, as quais foram corrigidas conforme descrito acima.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía o montante de R\$18.957.887 a pagar na rubrica de Fornecedores, cujo parte relevante estava em condição de inadimplência por parte desta. Conforme evidenciado na nota explicativa 20, a Companhia recebeu uma subvenção para custeio das suas atividades no montante de R\$21.747.323, que colaborou para que esta se tornasse adimplente junto aos fornecedores e, junto disso, realizasse a conciliação anteriormente mencionada. O saldo da conta Fornecedores, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$1.633.434, estando correto e adequados às demonstrações financeiras apresentadas. Entretanto, o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, determina que as retificações em exercícios anteriores devem ocorrer em seu correto período de competência, de forma retrospectiva, após a descoberta. Em virtude de a Companhia não ter adotado as premissas do referido normativo para o registro do montante de R\$3.663.198, a apresentação dos saldos comparativos a 31 de dezembro de 2015 encontra-se prejudicada.

Outros ativos e passivos

Em consequência dos trabalhos de conciliação de outros grupos de contas contábeis, a Companhia reconheceu, a crédito no patrimônio líquido, o montante líquido de R\$212.936 relativos às rubricas de depósitos compulsórios, impostos a recuperar e precatórios a receber. Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2016, nessas rubricas estão corretos e adequados às demonstrações financeiras apresentadas. Entretanto, o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, determina que as retificações em exercícios anteriores devem ocorrer em seu correto período de competência, de forma retrospectiva, após a descoberta. Em virtude de a Companhia não ter adotado as premissas do referido normativo, a apresentação dos saldos comparativos a 31 de dezembro de 2015 encontra-se prejudicada.

INCERTEZA RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Companhia vem auferindo prejuízos operacionais nos últimos exercícios, que culminou em prejuízos acumulados de R\$126.352.019 em 31 de dezembro de 2016 (R\$131.966.421 em 2015) e prejuízos líquidos de R\$9.177.712 em 31 de dezembro de 2016 (R\$17.490.819 em 2015).

Conforme demonstrado na nota explicativa 20, a Companhia recebeu uma subvenção para custeio das suas atividades no montante de R\$21.747.323. Não fosse os efeitos desta subvenção e dos ajustes lançados a resultado em R\$6.268.562 mencionados anteriormente, o prejuízo da companhia em 31 de dezembro de 2016 teria sido R\$24.656.473 e o caixa consumido nas

atividades operacionais R\$22.608.034.

Identificamos que a Administração vem envidando esforços no sentido da manutenção das atividades operacionais com Companhia incluindo, entre outras: (i) recebimento de subvenção para custeio no montante de R\$23.500.000 (dos quais R\$21.747.323 foram recebidos em 2016 e o restante a receber em 2017); (ii) inclusão como dependente do acionista controlador, que garantiu subvenção mensal no orçamento do Estado para custeio; (iii) esforços para reorganização do quadro de pessoal, incluindo a previsão de um PDV – programa de demissão voluntária, com vistas a à uma redução mensal de R\$600.000 nos gastos com folha de pagamentos, o qual demandará recursos na ordem R\$7.500.000 com os desligamentos; (iv) outros esforços na redução de outros custos operacionais e administrativos. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais. Para tanto, entendemos ser vital a manutenção dos assuntos relatados acima, incluindo, também, a busca novas fontes de receitas.

ÊNFASES

Contas a receber

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2016 R\$2.296.073 (R\$7.606.884 em 2015) a receber, contabilizados no ativo não circulante, do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, contabilizados na rubrica Clientes, no ativo não circulante, cujos saldos estão pendentes de recebimento de longa data. A administração da Companhia vem envidando esforços, através da esfera administrativa, visando ao recebimento de tais montantes. Tendo em vista que tais esforços foram frutíferos no exercício de 2016, onde houve recebimentos relevantes dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2015, nenhuma provisão para não realização dessas contas a receber foi constituída. Entretanto, não foi possível precisar a época em que tais valores serão recebidos; portanto, estão contabilizados no ativo não circulante.

Adicionalmente, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2016 R\$5.999.499 (R\$7.906.884 em 2015) em precatórios a receber junto a algumas prefeituras, na rubrica Clientes, no ativo não circulante, os quais já estão transitados em julgado e com ofícios requisitórios. Entretanto, dado a morosidade dos procedimentos de pagamentos de precatórios pelas entidades públicas, não há uma previsão de data de recebimento destes montantes.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao ano exercício

As demonstrações financeiras relativas ao ano exercício em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo parecer datado de 14 de março de 2016, continha ressalva semelhante à identificada em Propriedades para Investimentos e ênfases semelhantes às identificadas nas Contas a Receber e Continuidade Operacional. Adicionalmente, havia ressalva limitando os saldos do Imobilizado em 31 de dezembro de 2015 que, por conta dos procedimentos de inventário físico e conciliação contábil, não mais está sendo apresentada ressalva.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar

a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, de emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação de, ou, pela apresentação, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2017.

Fábio Roberto Benvindo

Diretor

CRIC 1SP255684/O-3

Verdus Auditores Independentes

CRIC 2SP027296/O-2